

O "mercado de carbono" e plantações florestais

Winnie Overbeek/FASE-ES

Entender as questões que envolvem a criação do novo "*mercado de carbono*" que está surgindo no mundo, não é tarefa fácil. Em primeiro lugar, é bom ressaltar que não existe muita lógica nesta história. Em segundo, a discussão sobre este tema tem assumido níveis sofisticados e extremamente técnicos. Acredita-se que tais conteúdos tão complexos são inacessíveis à maioria da população brasileira e mundial.

O que pode-se perceber é que há uma intencionalidade de tecnificar o debate. Reforça-se sempre a tese que este é um assunto para os especialistas e entendidos, o que tem afastado a grande maioria das populações desse debate. Na medida em que menos pessoas entendem a lógica do mercado de carbono e a quais interesses ela está servindo, obviamente, pouca ou nenhuma resistência enfrentará.

Desvendar essa lógica perversa que envolve hoje o mercado de carbono é tarefa daquelas pessoas que se preocupam com o futuro do planeta e mais especialmente, das populações que enfrentam os impactos mais diretos das ações de grandes projetos e que serão, com certeza, novamente as mais atingidas.

Este texto buscará construir um caminho menos complexo de exposição de alguns elementos que envolvem a questão. Há aqueles que lidam com o "*mercado de carbono*" de uma forma "natural" e muitas vezes consideram os demais como analfabetos no assunto. Como "aqueles" leia-se os governos dos diversos países, multinacionais, e um grupo de ONGs que está em busca de recursos ligados a este novo "*mercado*". Por isso, a reflexão de todos e todas sempre foi e continua sendo fundamental, independente da sua formação técnica ou não-técnica, acadêmica ou popular.

Como é de conhecimento de muita gente, o clima global está mudando por causa de emissões em quantidades excessivas de "gases de estufa": são aquelas gases, principalmente o CO₂, que contêm carbono e que são liberadas pela queima dos chamados combustíveis fósseis (petróleo, carvão mineral e gás natural).

Não existem dúvidas que as mudanças já começaram a aparecer. Para isso, qualquer pessoa pode fazer um exercício de observação e de monitoramento mais sistemático do comportamento do clima hoje e compara-lo com o passado mais recente; pode avaliar as chuvas e as épocas de seca na região onde se vive; pode avaliar as colheitas de café e de outros produtos hoje em dia comparando-as com as ocorridas a alguns anos atrás.

Conforme os cálculos mais pessimistas, a temperatura global pode aumentar em até 5 graus até o final deste século. As conseqüências, ao que tudo indica, serão catastróficas para a produção de alimentos, o risco de pragas, a diminuição na biodiversidade e o risco de enchentes, etc. Também há previsão de mais epidemias como malária e dengue. Sabese também que os países "ricos" (industrializados e com alto padrão de produção e consumo) contribuem bem mais para as

mudanças climáticas do que os países considerados pobres ou em desenvolvimento. Um exemplo, são os Estados Unidos que, possuindo cerca de 6% da população mundial, contribuem com cerca de 24% das emissões de CO₂ na atmosfera. Em contraposição, a Índia, com 18% da população mundial, contribui com 4%.

As negociações para encontrar formas para reverter este quadro vão desde os anos 80 e, iniciaram de forma mais articulada durante a Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, o *ECO-92*, quando foi lançado uma primeira proposta de acordo internacional sobre as mudanças climáticas. Mais tarde, em 1997, foi assinado o *Protocolo de Kyoto*. Este protocolo é um acordo internacional que define, pela primeira vez, uma redução obrigatória das emissões de CO₂, a principal "*gás de estufa*", em 5,2% tomando como base o nível de emissões dos países de 1990. O primeiro período oficial de redução de emissões a nível mundial está marcado para 2008-2012.

Como realizar essa redução já que a economia global depende exatamente dos combustíveis fósseis? Eis aí a grande questão: como não há nenhuma disposição por parte dos países ricos em alterar seus níveis altíssimos de consumo e de emissões de gases atmosféricos, alguns cientistas bem espertos começaram a pensar em caminhos alternativos e entre outras idéias, surgiram os chamados Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDLs).

↑ Como funcionarão os MDLs?? Pode-se utilizar como exemplo um país "desenvolvido" como a Holanda. Supomos que a Holanda, conforme o *Protocolo de Kyoto*, tem que diminuir suas emissões de CO₂ em 2000 toneladas. Para alcançar esta meta, Holanda deveria então diminuir a queima de combustíveis fósseis de tal forma que 2000 toneladas de CO₂ a menos entrem na atmosfera. Mas com os MDLs, a Holanda pode por exemplo optar por reduzir suas emissões no próprio país em apenas 1500 toneladas de CO₂, ou seja, continuar liberando as outras 500 toneladas de CO₂. Para ter direito a emissão dessas outras 500 toneladas de CO₂, Holanda então precisa investir num projeto de "*desenvolvimento limpo*" num país em desenvolvimento (pode ser por exemplo o Brasil). O projeto de MDL precisa "compensar" pela emissão das 500 toneladas de CO₂ na Holanda. E isso pode ser feito por exemplo com o plantio de árvores (chamadas "sumidouros de carbono") como será explicado em seguida. Existem dois pontos extremamente atrativos para as partes envolvidas.

- Primeiro, o Brasil, de olho em investimentos estrangeiros, vai receber dinheiro para investir num projeto de MDL, por exemplo para plantar árvores, que vão "fixar" 500 toneladas de CO₂ da atmosfera, já que as árvores, através de um processo chamado fotossíntese, são capazes de absorver o CO₂, em seguida "fixar" o C (o carbono) e, ao mesmo tempo emitir o O₂ (o oxigênio).
- Em segundo lugar, para Holanda, a idéia é ótima também, porque esse país, que deveria reduzir suas emissões em 2000 toneladas de CO₂, agora só precisa diminuir suas emissões em 1500 toneladas. Em compensação precisa dedicar um pouco do seu capital bastante razoável num projeto de MDL no Brasil.

O principal problema de tudo isso está no fato que, infelizmente, o MDL não tende a resolver o problema do aquecimento global. {Continuamos com o mesmo exemplo.} Em primeiro lugar, com o MDL você permite que, tomando o mesmo exemplo, um país rico continue liberando 500 toneladas de CO₂ através da queima de combustíveis fósseis, aumentando a quantidade de CO₂ na

atmosfera. É verdade que a idéia do *MDL* é que essas 500 toneladas serão "armazenadas" nas árvores que serão plantadas. No entanto, esse "armazenamento" na árvore é algo temporário. Mais cedo ou mais tarde, esta árvore, mesmo sendo nativa, libera novamente o carbono "armazenado". Mais grave é o caso das monoculturas de eucalipto, como são conhecidas em ES, MG e BA. Essas monoculturas são destinadas, na grande maioria das vezes, para carvão vegetal (que libera CO₂ ao queimar a madeira para produzir o carvão e posteriormente o ferro gusa) ou celulose (a celulose é matéria-prima do papel; este por sua vez, depois de utilizado é queimado ou decomposto, liberando CO₂). Resumindo, estamos comparando pêras com maçãs: a retirada irreversível, pelo menos na nossa escala de tempo, dos 500 toneladas de CO₂ do "armazém" permanente (o combustível fóssil no subsolo) pela Holanda, é considerado "compensado" pelo armazenamento (temporário!) de 500 toneladas de CO₂ numa plantação de árvores ou numa floresta. Diante disso, pode-se concluir que a contribuição deste tipo de projeto de "*desenvolvimento limpo*" para amenizar as mudanças climáticas é bastante questionável.

Um outro problema e agravante - mas para muitas empresas e governos representa uma solução - é o fato que se trata de um "mercado". A empresa que planta por exemplo árvores, pode vender "*créditos de carbono*" (porque a árvore "fixa" o carbono) que tem um certo valor, dependendo do comportamento do mercado. E no mercado sabe-se que tudo que se faz numa escala cada vez maior, a tendência é do valor reduzir. Portanto, é mais provável que os países "ricos" venham a investir em plantações de grande escala, do que em reflorestamentos com mata atlântica. Neste último caso, com certeza, os "*créditos de carbono*" sairão bem mais caros, já que o custo dessas alternativas é bem mais elevado. Vale informar que os Estados Unidos ainda não assinaram o *Protocolo de Kyoto*, mas as empresas americanas são as mais ativas nos "negócios de carbono" que estão surgindo, exatamente porque trata-se de um mercado onde dá para negociar e portanto dá para ganhar dinheiro, por exemplo comprando "*créditos de carbono*" e vende-los depois por um valor mais caro.

✓ O Banco Mundial pretende ser "pioneiro" neste novo "mercado de carbono", o que é estratégico para ele já que muitos dos seus investimentos ao longo do tempo, contribuíram e muito para as mudanças climáticas. O Banco criou um fundo chamado PCF (*prototype carbon fund*), para investir em projetos de "*desenvolvimento limpo*". Este fundo é financiado por um grupo de governos, empresas e bancos europeus. O PCF tem hoje como projeto principal o projeto da empresa Plantar que pretende plantar 23.100 hectares de eucalipto em MG para fazer carvão vegetal. Se a Plantar não conseguir estes recursos, ela pretende utilizar carvão mineral para sua siderurgia, alegando que sem o apoio financeiro do PCF fica caro demais para continuar usando o carvão vegetal. Portanto, a Plantar pretende vender "*créditos de carbono*" pela diferença de emissões de CO₂ entre o uso de carvão vegetal e o uso de carvão mineral, e também pelo plantio das árvores que "fixam" o carbono. Este projeto foi questionado pela Rede Deserto Verde através de duas cartas dirigidas ao Banco Mundial e aos investidores neste fundo PCF.

Além do fato que a "fixação" real e duradoura de carbono através do plantio de eucalipto para carvão vegetal é uma idéia sem lógica, como foi comentada acima, vale esclarecer também que recentemente um painel de especialistas, que avalia cada projeto de *MDL*, declarou que a afirmação do carvão mineral ser mais barato que o carvão vegetal já não se aplica no Brasil! A Vale (CVRD), junto com a empresa NUCOR, está investindo US\$ 35 milhões numa nova siderurgia em MG, baseada exatamente em carvão vegetal sem ter apresentado nenhum projeto de venda de "*créditos de carbono*". Este parecer do painel de especialistas atrapalha os planos da V&M Florestal (MG), a qual o painel estava se referindo, bem como da Plantar, cujo projeto é similar ao projeto da V&M Florestal. Ao mesmo tempo, este exemplo mostra como as empresas

aproveitam-se do MDL para conseguir mais um incentivo financeiro para aumentar a rentabilidade da empresa.

Mais algumas considerações e preocupações:

- o que chama a atenção é a exclusividade deste debate como foi comentado no início deste texto. Fora das reclamações da Rede Deserto Verde sobre o projeto da Plantar, pouquíssimas organizações de base nos países onde os primeiros projetos de "desenvolvimento limpo" estão sendo implementados, estão se pronunciando porque nem sabem direito o que é tudo isso na realidade, ou seja, não compreendem este novo "mercado de carbono" (o que realmente é difícil...). E nos países europeus, ninguém já não discute mais este assunto porque, segundo um jornalista holandês, "*virou complexo demais*". Se o mundo de hoje já é um mundo de incluídos e excluídos, este novo "mercado" tende a acentuar ainda mais essa situação.
- Hoje em dia, membros de governos, empresas e bancos que querem investir no MDL, e até ONGs, tem pouco interesse em entender o contexto local de cada projeto. Uma exceção foi um representante de um banco holandês, que pretende investir no projeto da Plantar, e perguntou ao autor deste artigo, após ter recebido uma longa explicação sobre os impactos da monocultura de eucalipto, "*mas...me diz, existe algum problema com a questão da terra no Brasil?*" Esta pergunta, de um lado, é positiva porque o banqueiro demonstra que gostaria de saber mais alguma coisa além das mil maravilhas que a Plantar apresentou para ele sobre o projeto, sobre Curvelo(MG), sobre o Brasil... Mas o que é espantoso é perceber como as pessoas que investem milhões de dólares não fazem a mínima idéia sobre os problemas básicos do local, da região e do país no qual seu investimento será aplicado.
- Os países "em desenvolvimento" fazem a maior propaganda dos seus países nas conferências internacionais que tratam das mudanças climáticas (são aliás mais conferências "comerciais" do que "ambientais"!), como estivessem totalmente prontos para receber qualquer projeto de "desenvolvimento Limpo". E é claro, muitos países têm pouca opção; necessitam desesperadamente de investimentos estrangeiros. E quem não fica atrás é um grupo de ONGs que estão interessados na possibilidade de ter seus projetos de "desenvolvimento limpo" financiados com estes novos recursos. As ONGs que pensam entrar neste caminho (no Brasil deve ter bastante(s) também) deveriam fazer uma discussão profunda sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e o mercado de carbono. Pelo menos a Rede Alerta deveria fazer isso. Nada contra um belo projeto de recuperação de mata atlântica, mas será que é aceitável se esse tipo de projeto for financiado por um mecanismo que dificilmente evita as mudanças climáticas no futuro, com conseqüências catastróficas??
- Na avaliação dos projetos de MDL, por exemplo no caso da Plantar, a empresa de consultoria que avalia se o projeto é bem feito em termos de cálculos de "armazenamento" de CO₂, não tem obrigação de avaliar qualquer fator social ou ambiental,. Isso significa que uma fábrica com péssimas condições de trabalho e que polui terrivelmente um rio local, pode perfeitamente ser indicado como projeto de "desenvolvimento limpo", se os cálculos em relação ao CO₂ foram bem feitos. Vale ressaltar também que tampouco cálculos de emissões "indiretas" de CO₂ são consideradas, por exemplo das pessoas que são expulsas das suas terras por causa da implantação do projeto de MDL naquele lugar
- E por último, um critério, do qual o governo brasileiro nas negociações internacionais não abre mão, é que quem determina se o projeto contribui para o desenvolvimento sustentável do país é o próprio governo do país onde o projeto será implementado. O que então o

governo brasileiro opina sobre o projeto da Plantar?? A única forma de intervenção formal da sociedade civil local organizada poderia se dar numa consulta de "stakeholders" (interessados) em algum momento no processo de aprovação do projeto, provavelmente anunciado por alguma página na internet com prazo de resposta fixa. E não existe nenhuma garantia que questionamentos dos "interessados" sejam levados em consideração. X

Estes são somente alguns comentários sobre um tema que deveria ser discutido com mais profundidade. Com certeza, este novo "mercado" significa uma ameaça para comunidades locais no Brasil em áreas consideradas, pelas empresas do setor, boas para plantações de árvores de rápido crescimento. Se o projeto da Plantar não for barrado, a tendência é que milhões de dólares de "desenvolvimento limpo" serão investidos em mais milhões de hectares de plantações no Brasil e no mundo neste século! Vale lembrar que no recente seminário no Rio de Janeiro na sede do BNDES sobre a questão florestal, as empresas declararam que já contam com o apoio de todos os ministérios do governo Lula para seus planos de aumentar as plantações de árvores no Brasil de 5 para 11 milhões de hectares!! E agora, abriu-se inclusive uma nova fonte de recursos financeiros para ajudar no financiamento deste aumento tão grande...

Parece que neste debate, quanto ao envolvimento da Rede Deserto Verde, continua sendo fundamental a crítica da Rede às bases do modelo atual de desenvolvimento (um padrão de vida insustentável de uma minoria deste planeta, alimentado por um consumo ilimitado de combustíveis fósseis). Uma mudança neste modelo para um modo de vida mais sustentável nos países "ricos", com certeza será bem menos doloroso para as pessoas consideradas "ricas" do que os impactos para as comunidades locais causados por mais um incentivo para a ampliação das monoculturas de árvores no Brasil.

Este relato é baseada na recente viagem que fiz para Europa a convite de duas entidades: Sinkswatch e CDMWatch. Sinkswatch é uma iniciativa do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM), do Ricardo Carrere, e pretende monitorar criticamente os projetos de MDL, considerados "sumidouros de carbono" (*carbon sinks*), que são projetos que implicam, quase todos, na promoção de plantações de árvores de rápido crescimento. A outra iniciativa, CDMWatch, monitora criticamente todos os projetos, inclusive de plantações, que estão aparecendo como MDL (*Clean Development Mechanism - CDM* em inglês) dentro deste novo chamado "mercado de carbono". Objetivo da viagem era fazer lobby contra projetos de CDM que promovem plantações industriais de árvores e grandes barragens (hidrelétricas), estas últimas também consideradas "desenvolvimento limpo", já que não implicam na queima de combustíveis fósseis... (mais uma luta para o movimento de atingidos pelas barragens...) X